

O, um novo barril de pólvora?

duas cidades sem oferecer emprego aos seus habitantes

Samambaia e Setor

Professor da UnB adverte: estão criando

GIVALDO BARBOSA

MAGNO MARTINS
Da Editoria de cidade

O projeto de expansão demográfica do Distrito Federal vem sendo há muito tempo questionado, mas hoje já assume uma posição polêmica no contexto urbanístico do País. Preocupado com o crescimento desordenado de favelas, o Governo busca ocupar espaços até agora inexploráveis, correndo, no entanto, o risco de transformar Samambaia e Setor O (as duas novas cidades) num barril de pólvora, que pode explodir antes mesmo de concluídas.

Especialistas no assunto admitem que o Governo perderá o controle quando começar o assentamento, principalmente no Setor O, uma expansão da Ceilândia, que abrigará uma população eminentemente de baixa renda. Argumentam que a procura por aquela área será muito grande, a ponto de se travar uma verdadeira batalha entre os que hoje moram em favelas e cortiços.

O economista Charles Muller, chefe do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), faz previsões mais assustadoras: "haverá um quebra-quebra no Setor O. Tanto pela disputa da casa própria como pelo fato de o Governo não partir para definição de uma política diferenciada de emprego", diz, em tom de exortação, depois de enfatizar a necessidade de se criar mais espaços em Brasília, para absorver o migrante.

O Setor O terá, quando concluído, cerca de seis mil lotes, comportando uma população calculada em 36 mil habitantes, a maior parte removida de cortiços espalhados por toda Ceilândia. Acontece, porém, que todos que moram em barracos e invasões fazem previsões de morar ali e a prova disso é que o número de pessoas que tem procurado se inscrever na Sociedade de Habitação de Interesse Social (Shis) já supera, a esta altura, o limite instituído no Programa de Assentamento Emergencial, criado pelo Governo José Ornellas como medida de reduzir os problemas sociais do DF.

Quanto a Samambaia, um projeto praticamente desconhecido, que estará consolidado no primeiro trimestre de 85, não há grandes diferenças. Um detalhe apenas o distingue do Setor O: é que ali, o Governo dará oportunidades de moradia às diferentes camadas da sociedade, definindo setores para mansões, quadras de classe média e pobre. Todavia não evitará seu crescimento desordenado, nem tampouco encontrará meios para evitar as invasões.

Se for levado em consideração o número de pessoas que tem demonstrado interesse na aquisição de terrenos, Samambaia, a esta altura, já não comportaria ninguém, porque são inúmeros os que procuram a Terracap para receber informações da data da entrada em vigor das licitações.

O próprio Eny de Castro, presidente da Terracap, já revelou, publicamente, que é impressionante o número de pessoas que desejam de qualquer forma, adquirir um lote na futura cidade. Isso tem levado os técnicos a estudar uma fórmula eficaz para evitar tumultos na seleção de candidatos.

DRAMA MAIOR

O assunto torna-se mais polêmico quando aborda-se a questão do desemprego em Brasília. Como viverá a população das duas futuras cidades quando, no momento, não há qualquer definição, por parte do Governo, na implantação de um parque industrial?

Charles Muller acha que incentivar indústrias sem qualquer viabilidade para o DF, como o esmagamento de soja, não vai resolver a situação. "Acho que só temos uma saída: a opção pela indústria leve, que não exija muita mão-de-obra especializada".

A seu ver, a soja é uma grande fonte de ICM, mas não gera emprego. Já o secretário de Serviços Sociais, Haroldo de Castro, assegura que o Governo não está dormindo no ponto e na hora certa apresentará soluções, como, por exemplo, o aproveitamento das fábricas caseiras, do artesanato e o incentivo as artes, de um modo geral, com a criação inclusive de outros projetos nesse sentido.

O problema do desemprego não é novo em Brasília, reconhece Muller, acrescentando que todos os anos a UnB despeja no mercado de trabalho um número expressivo de profissionais, que muitas vezes acabam indo exercer outras atividades, que nada têm a ver com o curso que concluíram.

Ressaltou que todas as iniciativas do Governo nesse sentido são tomadas sem prioridade, enquanto dar-se preferência a outras questões menos importante. Quanto a isso, lembrou o programa da região geoeconômica do Distrito Federal, englobando cerca de 60 municípios, que até agora não surtiu nenhum efeito para aumentar a oferta de emprego.

Ele esteve recentemente em alguns municípios incluídos neste programa, como Anápolis e Formosa, mas nada pôde constatar em termos progressivo. "Pelo contrário, vi o homem migrando do campo para a cidade, descrente das ações prometidas para a região geoeconômica".

"A modernização da agricultura está expulsando o homem do campo", desabafa Charles Muller. Para ele, a solução do País está na agricultura. "Portanto, não entendo por que até agora não se levou a sério os projetos ao longo de toda região geoeconômica do Distrito Federal".

DIFÍCIL

O secretário Haroldo de Castro reconhece que o problema é difícil, mas não o encara com pessimismo. Tem estado alerta quanto ao futuro de Samambaia e Setor O, soluções viáveis encontradas pelo Governo para o problema, segundo ele.

"A preocupação do governador é conter o crescimento desordenado de Brasília. Para isso, projetou com muito cuidado a nova cidade-satélite, Samambaia. Quanto ao Setor O, é uma antiga reivindicação daqueles que não têm casa, que vivem em cortiços ou barracos", explica.

Adiantou que o Setor O não será ocupado aleatoriamente, mas sim por intermédio de um processo seletivo, que já come-

çou a ser feito pela Shis. "Nós não podemos prever o que vai acontecer até lá, porque trata-se de uma tarefa que está controlada e fiscalizada pela Shis. O que podemos assegurar é que, na área social, executaremos projetos voltados para melhorar cada vez as condições de moradia daquela gente", disse.

CONTROLE

A administradora regional de Ceilândia, Maria de Lourdes Abadia, disse que será controlável o acesso aos lotes do Setor O. Há muito tempo trabalhando naquela cidade-satélite, capaz de conhecer boa parte dos futuros moradores afirma que ninguém ocupará os lotes sem que antes tenha comprovado a renda e o pedido de inscrição com muita antecedência.

Ela revelou que já existem, oficialmente, cerca de 16 mil pessoas cadastradas a espera dos lotes. No entanto, em todos que estão inscritos receberão o aval da Shis. "A fiscalização será rigorosa", assegura.

O problema de tudo isso é que as famílias residentes em cortiços, na Ceilândia, sonham com a casa da Shis. Nas associações de moradores, diariamente filiais quilométricas são formadas em busca de um objetivo comum: a inscrição no loteamento do Setor O.

Por conta disso, em algumas áreas de Ceilândia, já aconteceram grandes tumultos. Desorientados e sem entender a política aplicada pela Shis, os invasores brigam entre si e em meio a tudo isso não medem as críticas ao Governo.

A verdade, no entanto, é que eles nada sabem no que diz respeito ao programa emergencial de assentamento do Governo do Distrito Federal e pensam que o Setor O vai ter condições de abrigar todos.

José Neves dos Santos, 54 anos, residente num cortiço em Ceilândia, é um exemplo. Cadastrado há muito tempo, ele nada sabe sobre a futura moradia. "Só sei que o governo vai dar casa pra gente morar e sair daqui deste barraco, que já não suporto mais tanto sofrimento", disse.

A doméstica Maria Francisca Batista, 38 anos, também residente num cortiço, bem perto da área onde será edificada a expansão do Setor O, não conseguiu fazer a inscrição por não ter comprovante de renda. Mas não desistiu e já investiu junto a alguns parentes para conseguir o lote.

"O programa de assentamento tem cunho essencialmente social e visa dar condições as famílias de baixa renda, através de um pagamento simbólico", explica Maria de Lourdes Abadia. Segundo ela, as taxas que serão cobradas não passarão de 10% do salário do trabalhador.

A prevalecer a corrida inconcluída pela conquista da casa própria, as previsões de conflitos na Ceilândia não podem ser descartadas, porque, na verdade, o Governo dificilmente encontrará uma solução a curto prazo.

Assim, o raciocínio do economista Charles Muller abre mais uma etapa de debate em torno da questão e é, a esta altura, a advertência mais precisa ao Governo, especialmente aos técnicos que estão à frente do projeto do Setor O.